Glória a Deus

 **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

# OBJETO: aquisição de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA para suprir as necessidades da população do município de Selvíria-MS, através de atendimentos realizados na Farmácia Municipal.

**PARTICIPAÇÃO: EXCLUSIVO ME EPP**

MODO DE JULGAMENTO: ABERTO

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item**

**DATA DE ABERTURA: 17/05/2024 às 08h00min**

**Obs.: Horário de MS**

**BLL COMPRAS**

**EDITAL EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Nos termos da Lei Complementar n° 123/2006, acrescida pela Lei Complementar nº 147/2014, Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

*I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*

 **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 066/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024**

|  |
| --- |
| O **MUNICÍPIO SELVÍRIA/MS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.410.665/0001-40, com sede na Avenida João Selvirio de Souza, 997 nesta cidade de Selvíria/MS, neste ato devidamente representado pelo Prefeito, JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS. |
| **Modalidade da Licitação:** Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.** **MODO DE DISPUTA: ABERTO** |
| **Data/Horário Da Sessão:** XX/05/2024 às 08h00 (horário MS) |
| **ENDEREÇO ELETRÔNICO**: [WWW.BLLCOMPRAS.ORG.BR](http://WWW.BLLCOMPRAS.ORG.BR) |
| **Retirada do Edital:** Departamento de Licitações e Contratos (Dúvidas) Fone: XX67 3579 1486, e-mail: licitacaoselviria@gmail.com, nos dias úteis, das 08 h às 14 h(BR), (Retiradas) Sitio: http//www.selviria.ms.gov.br - licitações e Contratos – Editais na íntegra. |

**TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **“MENOR PREÇO”**, com CRITÉRIO DE JULGAMENTO **“POR ITEM”** de acordo com o que determina a Lei Federal 14.133/21 e suas alterações. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema BLL Compras (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada na Lei 14.133/21. Os trabalhos serão conduzidos, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BLL Compras” constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ([www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br)).

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08 h do dia XX/04/2024 às 07 horas do dia XX/05/2024.**

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 07 h às 08 horas do dia 17/05/2024.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08 horas do dia 17/05/2024.**

**IMPUGNAÇÃO: 72 H ANTES DO INICIO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Mato Grosso do Sul (MS).**

**LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL** [**www.bll.org.br**](http://www.bll.org.br)

**LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROS, PEQUENAS EMPRESAS E COOPERATIVAS DO ART. 34 DA LEI 11.488/2007; NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.**

**1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente demanda refere-se à REGISTRO DE PREÇO para eventual e futura aquisição de **MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA** para suprir as necessidades da população do município de Selvíria-MS, através de atendimentos realizados na Farmácia Municipal, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência que integra o presente edital.

1.2 As quantidades constantes do Anexo I são estimativas, não se obrigando a Administração pela contratação na sua totalidade.

**2. DO PREÇO ESTIMADO POR ITEM DA LICITAÇÃO**

2.1. O Município de Selvíria – MS reserva-se ao direito de só divulgar o valor estimado por item após o encerramento da etapa de lances do pregão eletrônico. Precedentes: Acórdão nº 1789/2009 – Plenário, Acórdão 3028/2010 - Segunda Câmara e Acórdão nº 2080/2012 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que estejam legalmente constituídas, enquadradas no ramo de atividade econômica pertinente (CNAE), comprovadamente correlacionado ao objeto desta licitação, que satisfaçam as condições exigidas no presente Edital e anexos, e que estejam devidamente credenciadas no sitio eletrônico [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

3.1.1 Todos os itens são **EXCLUSIVOS** para ME/EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

3.2 As licitantes que comprovarem o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3° da Lei Complementar n° 123/06, terão tratamento diferenciado das demais, consoante disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal.

3.2.1 Será assegurada, ainda, às microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, preferência de contratação, observada a seguinte regra:

1. *Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação ATÉ R$ 80.000,00* **(inc. I, art. 48, Lc123/2006)**
2. *Conforme § 2 do art. 4º e no art. 63, IV e § 1º da Lei 14.133/21 –* **§ 2º** A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação. E **Art. 63.** Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: **IV** - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **§ 1º** Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.2 Não poderão participar** deste pregão eletrônico:

3.2.1. Empresas que se encontrem em regime de concordata ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução e liquidação, em recuperação judicial ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.2.2. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.2.3. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Município ou do DF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

3.2.4. Empresas que estejam suspensas ou impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Selvíria;

3.2.5. Que tenha a participação de servidor da Prefeitura do Município de Selvíria, seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

3.2.6**.** Sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

3.2.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.2.8. Cooperativas, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

3.2.9. Empresas que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras;

3.2.10. Empresas que não sejam do ramo ou atividade econômica do objeto licitado;

3.2.11. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021.

3.3. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado do seguinte documento:

a) Instrumento particular de mandato outorgando poderes ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo II).

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo V).

3.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil (Anexo XI).

**4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão, deverão cadastrar-se previamente junto ao Portal BLLCOMPRAS (endereço eletrônico: www.bllcompras.org.br), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.1. Os interessados deverão nomear através do Termo de Adesão *(anexo II)*, PODENDO SER ASSINATURA DIGITAL, operador devidamente habilitado pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil-BLL, atribuindo poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preços elances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante previa definição desenha privada, pessoal e intransferível do representante, observadas as questões de datas e horários limite estabelecidos.

4.4. O uso e acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao órgão promotor do pregão eletrônico, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar n.º 123/06 e devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro, deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua empresa ou denominação e apresentar a ***declaração, sob as penas da lei, do empresário ou de todos os sócios de que o empresário ou a sociedade se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, assinada pelo seu proprietário ou sócios, ou, pela Certidão Simplificada de Regularidade da Junta Comercial da sede da licitante.***

4.5.1. A empresa enquadrada como MEI, deverá apresentar o **CCMEI (Certificado da Condição de Microempreendedor Individual)**, expedida com data não superior a 60 dias, juntamente com a declaração de enquadramento, *conforme anexo VII*.

4.5.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo, bem como caracteriza crime nos termos do art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no edital.

4.6. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida com a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil pelo telefone: (41) 3097-4600, ou e-mail contato@bll.org.br.

**5. DA SESSÃO PÚBLICA**

5.1. A Sessão Pública do pregão eletrônico será conduzida pelo Pregoeiro, via BLL Compras, a partir da data e horário previstos neste edital.

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.4. A sessão pública do pregão poderá ser suspensa administrativamente, mediante comunicado do pregoeiro, no qual informará a data e horário previstos para reabertura da sessão.

**6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Os documentos necessários tanto ao credenciamento, quanto à proposta e à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas (cartório), exceto as extraídas via Internet, as quais poderão, a qualquer momento, ser diligenciadas pelo Pregoeiro ou por qualquer membro de sua Equipe de Apoio.

6.9. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 6.9, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

7.1. O licitante deverá encaminhar a proposta de preços, exclusivamente por meio do referido Sistema Eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1. O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o produto ofertado, **indicando a marca**, modelo, quantidade, prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e totais, sob pena de desclassificação de sua proposta.

7.1.1.1. É obrigatório à indicação da marca do produto no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

7.1.1.2. É vedada a troca de marca/fabricante do produto indicado no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

7.1.2. Fica vedado ao licitante identificar-se, no Sistema Eletrônico, quando do registro de sua proposta, sob pena de desclassificação do certame pelo pregoeiro.

7.1.3. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os respectivos itens ser fornecidos a Prefeitura de Selvíria, sem ônus adicionais.

7.1.4. Não se admitirá proposta que apresentar preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado, ainda que este edital não tenha estabelecido limites mínimos.

7.1.5. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

7.1.6. Caso a descrição de algum item solicitado pelo Município cite ou remeta a uma “marca”, esta deve ser considerada apenas para facilitação da descrição do item, sendo aceita a cotação de itens de “marcas” equivalentes, similares ou de melhor qualidade. (TCU – Acórdão 2300/2007).

7.1.7. Os preços apresentados deverão ser expressos em Real (R$), com no máximo até 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

7.1.8. O prazo de entrega dos itens é de até 03 (três) dias, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento-AF.

7.1.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**8. DA CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1.O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Classificadas as propostas, será aberta a etapa competitiva, ocasião em que os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

8.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6. Havendo mais de um lance de mesmo valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.

8.7. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

8.8. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de ***0,5% (zero virgula cinco) por cento***.

8.9.1. Adotado o modo de disputa aberto, a previsão do item acima de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme Lei 14.133/21 e IN 73-2022.

8.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.17.1. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Será assegurada, às microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, preferência de contratação, observada a seguinte regra:

***a)*** *deverá realizar processo licitatório destinado* ***exclusivamente*** *à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);* ***(inc. I, art.48, Lc123/2006)***

8.20. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na Lei 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.22.1. no país;

8.22.2. por empresas brasileiras;

8.22.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.24. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de três (03) horas, envie a proposta final adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.26. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços inexequíveis ou excessivos), poderá tê-lo cancelado pelo Pregoeiro através do sistema ainda em etapa de disputa, através de justificativa aceita pelo Pregoeiro, e mensagens registradas em Chat.

**9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto na Lei 14.133/21.

9.2. A licitante melhor classificada na etapa de disputa de lances, deverá, após solicitação do pregoeiro pelo Sistema Eletrônico, respeitado o prazo previsto no item 8.24.2., encaminhar a proposta de preços final adequada **(Anexo VI)**, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante legal da empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), endereço completo, número de telefone e e-mail, número de agência de conta bancária e dados pertinentes ao responsável pela assinatura do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.

9.2.1. Para o disposto no item acima, a licitante deverá, através de sistema eletrônico, arquivar a referida proposta em documentos complementares, que permitirá inserção de arquivos mesmo após fase de disputa.

9.3. Na proposta **(Anexo VI)** a empresa vencedora deverá apresentar a readequação do novo valor proposto, devendo conter:

a) Os valores dos impostos incorporados e somados ao valor final;

b) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional Real (R$), com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;

c) O prazo de validade não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

d) Especificação completa do objeto oferecido com informações que possibilite a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no Anexo I, deste Edital;

e) Prazo de entrega;

f) Data e assinatura do representante legal da proponente.

9.4. Na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o unitário.

9.4.1. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerá este último.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, incompletas ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou estar com a descrição em desacordo com a forma solicitada, do edital.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, caso em que poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8. Encerrada a análise quanto aos critérios de aceitabilidade da proposta, o pregoeiro passará a verificação da habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**10. DA HABILITAÇÃO**

10.1 É condição básica para a fase de habilitação, que o licitante apresente, em um envelope, cópias autenticadas, em cartório, dos documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, em uma via ou, **se preferir**, cópias acompanhadas do original que poderão ser autenticadas pelo Pregoeiro ou por servidor do setor de licitação do município, os seguintes documentos:

10.1.2 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.1.3 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7°, XXXIII, da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm#art7);

* + - 1. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm);
			2. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
			3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art16).
			4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art3), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm%22%20%5Cl%20%22art42), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art4§1)
		1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
		2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
		3. A falsidade da declaração de que trata os itens ou 10.1.3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), e neste Edital.

10.1.5. Para fins de habilitação dos licitantes, será exigida, a documentação relativa:

**10.2 À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

10.2.1 Cédula de Identidade ou documento oficial com foto de todos os sócios, administradores e procurador;

10.2.1.1. No caso de sociedade por ações, os documentos de identidade relativo aos presidentes, diretores ou outros responsáveis;

10.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais **(Contrato Social e última alteração ou via consolidada);**

10.2.4. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem anterior;

10.2.5. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.2.6. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

**10.3 à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda **(CNPJ)**;

 10.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal mediante apresentação dos seguintes documentos, nos termos da resolução conjunta PGFN/RFB n.º 3 de 22 de novembro de 2005, apresentando a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou Certidões Individuais até a expiração de seu prazo de validade;

10.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei n.° 8036 de 11 de maio de 1990;

10.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, do domicilio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.3.4.1. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal emitido pelo órgão competente, do domicilio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.3.6. Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo (CNDT), emitida pelos portais da Justiça do Trabalho, na forma da Lei Federal 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST n.º 1470/2011; http://www.tst.jus.br/certidao.

**10.4 à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:**

10.4.1 **Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias;

10.4.1.1 Caso a licitante tenha estado em regime de Concordata ou Recuperação Judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo, emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

10.4.2 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A licitante deverá apresentar:

a) **Autorização de Funcionamento (AFE)** da empresa participante da licitação, expedido pelo Ministério da Saúde (ANVISA), contendo autorização para o funcionamento da empresa em situação Ativa;

b) **Autorização Especial (AE)** da empresa participante da licitação, expedido pela ANVISA ou cópia de sua publicação no DOU, quando da oferta de proposta para itens sujeitos a controle especial, contendo autorização para o funcionamento da empresa em situação Ativa.

c) **Alvará de licença sanitária**, expedido pela unidade competente, da esfera Estadual ou Municipal, da sede da empresa licitante, compatível com o objeto licitado.

d) **Atestado(s) ou certidão(ões**), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito publico ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação.

**10.5. à OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

10.5.1. Declaração do licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art. 7° da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz *(anexo VIII)*. Sugerimos em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou.

10.5.2. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração. Identificar quem assinou. *(Anexo III).*

10.5.3. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando que conhece e aceita o teor completo do edital, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação. *(Anexo IX).*

**10.6 Disposições Gerais da Habilitação:**

10.6.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

10.6.2. A licitante responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de crime de falsidade material (Art. 297 e 298 do CP) ou ideológica (Art. 299 do CP), e ainda, de ser desclassificada, ou ver anulada a adjudicação e, se for caso, rescisão contratual.

10.6.3. As Microempresas e empresas de pequeno porte, mesmo que contenham alguma restrição documental Fiscal e Trabalhista, deverão apresentar todos os documentos exigidos no edital, *conforme art. 43 da Lei n.° 123/06, alterada pela LC 155/2016.*

10.6.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, às microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. **(§1°, art. 43 Lei n. 123/06, alterada pela LC 155/2016).**

10.6.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

10.6.5. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome na matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

10.6.8. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.6.9. Cumpridas às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a em campo próprio do sistema.

11.3. Será concedido ao licitante que tiver a sua manifestação de intenção aceita o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.4. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.5. Os recursos e as contrarrazões deverão ser encaminhado através da plataforma, respectivamente dentro dos prazos estabelecidos nos itens 11.3 e 11.4.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

11.8. Nas hipóteses de provimento de recurso, a sessão pública poderá ser reaberta, situação em que serão repetidos os atos porventura anulados e os que dele dependam.

11.8.1. Os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a reabertura da sessão.

11.9. O Pregoeiro poderá sugerir, ainda, a anulação ou revogação do procedimento, o que será devidamente decidido pela autoridade competente.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

12.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

**13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

13.1. Publicada a Ata, o representante legal do licitante registrado poderá ser convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, de acordo com a Lei 14.133/21, desde que, seja assinado dentro do prazo de validade da ata.

13.2. O licitante vencedor deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.

13.3. Caso o licitante vencedor não apresente situação regular no ato da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, será cancelada a ata e convocados os fornecedores registrados remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.4. Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes no pregão, deverão ser mantidas as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

13.5. Feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, o licitante deverá assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais.

13.6. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista na Lei 14.133/21.

13.7. O representante legal do licitante que tiver registrado em ata a proposta vencedora deverá assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da comunicação/convocação.

**14. DO LOCAL E DA FORMA DE ENTREGA**

14.1. O(s) participante(s) vencedor(es) deverá(ão) entregar os produtos no Rua Rui Barbosa n° 1000, CEM **(Centro de Especialidades Medicas)**, em dia útil das 08:00h, as13:00h e das 14:00h as 17:00 h, conforme solicitação do departamento competente, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da autorização de fornecimento/requisição (via sistema).

14.2 Os itens serão entregues conforme marca tipo, qualidade, medidas, validade;

14.3 Ficará a cargo do vencedor do item do certame as despesas com entrega, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação.

14.4 As obrigações decorrentes do fornecimento dos itens constantes deste edital serão firmadas através de ata de registro de preços, contrato ou instrumento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na Legislação vigente.

14.5 O Município enviará a Autorização de Fornecimento-AF por meio do e-mail exigido, onde a contagem do prazo para a entrega iniciar-se-á no primeiro dia útil após o envio do e-mail pelo município ou a requisição de compra poderá, inclusive, ser entregue pelo município, diretamente ao fornecedor.

**15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

15.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva **Nota Fiscal**, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141 a 147 da Lei 14.133/21 e alterações.

15.2. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

15.3. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

15.4. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

15.5 O valor estimado é de R$ 418.566,67 (quatrocentos e dezoito mil e quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), de acordo com a média auferida pelas cotações.

**16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS**

16.1 As despesas decorrentes com as eventuais aquisições da presente licitação correrão por conta da dotação:

020902 – 10.302.0005.1031.0000 – 44.90.52.0000 3110 – ficha 686 e 687

**17. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

17.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Selvíria pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer dos atos previstos na Lei 14.133/21, e suas alterações, pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor:

a) Advertência

b) Multa:

I) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento).

II) Até 10%(dez por cento) sobre o valor do contrato e/ou do Registro de Preços, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato e/ou Ata de Registro de Preços, exceto prazo de entrega.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou ate que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

17.2. As multas de que tratam as alíneas anteriores somente poderão ser relevadas quando os fatos geradores das penalidades decorram de caso fortuito ou força maior, que independa da vontade do licitante e, quando aceitos, justifiquem o atraso.

17.3. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato e/ou Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato e/ou Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no presente edital e no contrato e/ou Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

17.4. As sanções serão aplicadas (cumulativamente ou não) de acordo com o caso concreto e coma gravidade dos atos apurados oportunamente quando da sua ocorrência. Das penalidades aplicadas o participante/licitante tem direito de defesa garantido constitucionalmente.

17.5. Aquele que ofertar o lance final e na fase de apresentação de documentos recusar-se a manter a proposta, será aplicada multa no valor de 0,5% do valor da proposta que ofertou.

17.6. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

**18. DA IMPUGNAÇÃO E DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO**

18.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

18.2. A impugnação deverá ser encaminhada exclusivamente para o e-mail licitacaoselviria@gmail.com, em formato de texto (extensão: .doc/.jpeg/.pdf), no horário de 8h às 18h ou na própria plataforma em local destinado a impugnações e esclarecimentos.

18.2.3. Os pedidos encaminhados após o horário estipulado (após as 18 horas) passarão a ter seu prazo computado somente a partir das 8 horas do próximo dia útil.

18.3. O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

18.3.1. Número do pregão eletrônico impugnado;

18.3.2. Nome da Empresa impugnante;

18.3.3. Razões da impugnação;

18.3.4. Nome do signatário da impugnação;

18.3.5. Dados da empresa impugnante.

18.4 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

18.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.6. Não será reconhecida a impugnação quando vencido o prazo de interposição.

18.7. Os pedidos de esclarecimentos em relação às eventuais dúvidas presentes no edital serão enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico.

18.8 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

18.9. Aplicam-se às solicitações de esclarecimento as mesmas disposições contidas nos subitens 19.2 e 19.3 deste edital.

**19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e, desde que, não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança desta aquisição.

19.2. Caso não haja expediente, ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.3. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.4. Fica assegurado ao Município o direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, quando for o caso, ou rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja conveniência administrativa para o caso, em prol do interesse público, nos ditames da Lei 14.133/21, e suas alterações, obrigando-se os fornecedores ao cumprimento integral de suas propostas, nas condições definidas na Sessão Pública deste Pregão, sem que lhes caiba qualquer direito à reclamação e/ou indenização a favor da proponente e sob pena da aplicação das normas da lei.

19.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

19.6. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

19.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação;

19.9. O desatendimento a exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

19.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

90.11. O resultado deste certame será divulgado na Imprensa Oficial do Município http://diariooficialms.com.br/assomasul.

19.12. Integram o presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II - Termo de Adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico da BLL DO BRASIL.

ANEXO II-A – Indicação de Usuário do Sistema

ANEXO III - Declaração assegurando a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

ANEXO IV - Declaração do licitante de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

ANEXO V–Modelo de Proposta Comercial – Licitante Vencedor

ANEXO VI - Enquadramento como Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.

ANEXO VII - Declaração Proibição prevista no art. 7° da CF.

ANEXO VIII - Modelo de Aceite do teor do Edital.

ANEXO IX – Minuta da Ata de SRP

ANEXO X – Minuta do Termo de Contrato

ANEXO XI - Valor de Custo pela Utilização do Sistema

ANEXO XII – DECLARAÇÃO E-CJUR

19.13. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

19.14. A adjudicação dos itens do objeto deste edital ao(s) licitante(s) vencedor(es) o(s) obriga(m) ao fornecimento integral do(s) mesmo(s), nas condições oferecidas, não lhe(s) cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua(s) proposta(s), quer seja por erro ou omissão.

19.15. A participação nesta licitação implica o conhecimento e a aceitação das condições ora discorridas, bem como de todas as disposições legais que, direta ou indiretamente, venham a incidir sobre o presente procedimento.

19.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.

19.17. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.18. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no BLLCOMPRAS e as especificações técnicas constantes no Edital, o licitante deverá obedecer a este último.

19.19. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.20. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Selvíria - MS, 06 de MAIO de 2.024.

**JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

ANEXO l

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA.**

**1 - OBJETO**

**1.1.** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos relacionados na LISTA DA ATENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA, para atender as necessidades da população através da Secretaria Municipal de Saúde.

**2 - JUSTIFICATIVA**

**2.1.** Faz-se necessária a presente licitação para a aquisição de **MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA** para suprir as necessidades da população do município de Selvíria-MS, através de atendimentos realizados na Farmácia Municipal.

**2.1.1.** A referida aquisição para disponibilização gratuita está amparada na Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, onde no seu artigo 6º diz que a assistência farmacêutica é um dos objetivos e atribuições do SUS, também na lei 12.401 de 28 de abril de 2011 e na Política Nacional de Medicamentos, instituída pela Portaria GM/MS nº 3.916, de 30 de outubro de 1998.

**2.1.2.** Os medicamentos da atenção básica são imprescindíveis instrumentos de ação do SUS, na medida em que contempla um elenco de produtos necessários ao tratamento e controle da maioria das patologias prevalentes no Município.

**3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

**3.1.** O objeto deverá compreender os itens, especificações, e quantidades, conforme abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNID.** | **QUANT.** |
| **1** | **ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA - 150 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVE** | **UN** | **480** |
| **2** | **ACICLOVIR 200 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **5.600** |
| **3** | **ACICLOVIR 50 MG/G – CREME 50G** | **UN** | **400** |
| **4** | **ÁCIDO ACETILSALICÍLICO - COMPRIMIDO 100 MG** | **UN** | **60.000** |
| **5** | **ACIDO FOLICO, COMPRIMIDO DE 5MG** | **UN** | **25.000** |
| **6** | **ALBENDAZOL 400MG - COMPRIMIDO MASTIGÁVEL** | **UN** | **2.000** |
| **7** | **ALBENDAZOL 40MG/ML - SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10ML** | **UN** | **800** |
| **8** | **ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG – COMPRIMIDO** | **UN** | **400** |
|  |
| **9** | **ALOPURINOL 300 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000** |
| **10** | **AMOXILINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCP 150ML** | **UN** | **1.000** |
| **11** | **AMOXILINA 500 MG COMPROMIDO E/ OU CÁPSULA.** | **UN** | **25.200** |
| **12** | **AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (50 MG +12,5 MG) SUSP. ORAL. FRASCO 75 ML** | **UN** | **800** |
| **13** | **ATENOLOL 50 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000** |
| **14** | **AZITROMICINA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **25.000** |
| **15** | **AZITROMICINA 40 MG/ML – 600MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL** | **UN** | **4.000** |
| **16** | **BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI - PÓ PARA SUSP. INJETÁVEL** | **UN** | **300** |
| **17** | **BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI - PÓ PARA SUSP. INJETÁVEL** | **UN** | **200** |
| **18** | **BENZILPENICILINA PROCAÍNA + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 300.000 UI + 100.000 UI PÓ PARA SUSP. INJ.** | **UN** | **200** |
| **19** | **BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML - SUSP. ORAL FRASCO 120 ML** | **UN** | **100** |
| **20** | **BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000** |
| **21** | **BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML (EQUIVALENTE A 0,202 MG/ML DE IPRATRÓPIO) - SOLUÇÃO INALANTE 20ML** | **UN** | **400** |
| **22** | **BUDESONIDA 32 MCG - AEROSSOL NASAL SPRAY- FRASCO 120 DOSES** | **UN** | **400**  |
| **23** | **BUDESONIDA 64 MCG - AEROSSOL NASAL SPRAY- FRASCO 120 DOSES** | **UN** | **300**  |
| **24** | **CAPTOPRIL 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **30.000**  |
| **25** | **CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSP. 100ML** | **UN** | **100**  |
| **26** | **CARBAMAZEPINA 200 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **35.000**  |
| **27** | **CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG + 400 UI - COMPRIMIDO** | **UN** | **6.000**  |
| **28** | **CARBONATO DE LÍTIO 300 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000**  |
| **29** | **CARVEDILOL 3,125 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **10.000**  |
| **30** | **CARVEDILOL 6,25 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **10.000**  |
| **31** | **CARVEDILOL 12,5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **12.000**  |
| **32** | **CARVEDILOL 25MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **10.000**  |
| **33** | **CEFALEXINA 50 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL 100ML** | **UN** | **800**  |
| **34** | **CEFALEXINA 500 MG - CÁPSULA OU COMPRIMIDO** | **UN** | **40.000**  |
| **35** | **CLONAZEPAM 2,5 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 20 ML** | **UN** | **1.500**  |
| **36** | **CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL 30ML.** | **UN** | **1.000**  |
| **37** | **CLORIDRATO DE AMIODARONA 200 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **6.000**  |
| **38** | **CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **40.000**  |
| **39** | **CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000**  |
| **40** | **CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000**  |
| **41** | **CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **8.000**  |
| **42** | **CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **25.000**  |
| **43** | **CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **10.000**  |
| **44** | **CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG CÁPSULA OU COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000**  |
| **45** | **CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% GEL 30G** | **UN** | **400**  |
| **46** | **CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% - SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA** **20 ML** | **UN** | **100**  |
| **47** | **CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000**  |
| **48** | **CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **80.000**  |
| **49** | **CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **2.000**  |
| **50** | **CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 10ML** | **UN** | **400**  |
| **51** | **CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML** | **UN** | **400**  |
| **52** | **CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG - CÁPSULA** | **UN** | **10.000**  |
| **53** | **CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **10.000**  |
| **54** | **CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML** | **UN** | **400**  |
| **55** | **CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **15.000** |
| **56** | **CLORETO DE SÓDIO 20% - 3,4 MEQ/ML - AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML** | **UN** | **200** |
| **57** | **GLICOSE 50 MG/5% - AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML** | **UN** | **400** |
| **58** | **CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **12.000** |
| **59** | **CLORIDRATO OU HEMITARTARATO EPINEFRINA 1 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML** | **UN** | **100** |
| **60** | **DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML** | **UN** | **400** |
| **61** | **DEXAMETASONA 0,1 MG/ML - ELIXIR ANTIINFLAMATÓRIO ESTEROIDAL 100ML** | **UN** | **2.000** |
| **62** | **DEXAMETASONA 0,1% CREME - ANTIINFLAMATÓRIO ESTEROIDAL TÓPICO 10G** | **UN** | **2.000** |
| **63** | **DEXAMETASONA 0,1% COLÍRIO 5ML** | **UN** | **50** |
| **64** | **DEXAMETASONA 4 MG COMPRIMIDO - ANTIINFLAMATÓRIO ESTEROIDAL** | **UN** | **2.000** |
| **65** | **DIAZEPAM 5MG COMPRIMIDO** | **UN** | **4.000** |
| **66** | **DIAZEPAM 10 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000** |
| **67** | **DIAZEPAM 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML** | **UN** | **200** |
| **68** | **DIGOXINA 0,25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **4.000** |
| **69** | **DIPIRONA SÓDICA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **40.000** |
| **70** | **DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 20ML** | **UN** | **3.000** |
| **71** | **DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML** | **UN** | **2.000** |
| **72** | **DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250MCG/DOSE PÓ, SOL. INALANTE AEROSOL ORAL FRASCO 200 DOSES** | **UN** | **50** |
| **73** | **ESPIRAMICINA 500MG COMPRIMIDO** | **UN** | **1.500** |
| **74** | **ESPIRONOLACTONA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000** |
| **75** | **ESPIRONOLACTONA 100 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **1.000** |
| **76** | **ESTOLATO DE ERITROMICINA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |
| **77** | **ESTOLATO DE ERITROMICINA 50 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL 105ML** | **UN** | **50** |
| **78** | **ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,3MG COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |
| **79** | **ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03MG+0,15MG COMPRIMIDOS** | **UN** | **12.600** |
| **80** | **ESTRIOL 1 MG/G - CREME VAGINAL 50G** | **UN** | **50** |
| **81** | **FENITOÍNA SÓDICA 100 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000** |
| **82** | **FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDOS** | **UN** | **20.000** |
| **83** | **FENOBARBITAL 100 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML** | **UN** | **100** |
| **84** | **FENOBARBITAL 40 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 100ML** | **UN** | **50** |
| **85** | **FINASTERIDA 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **6.000** |
| **86** | **FLUCONAZOL 150 MG - CÁPSULA** | **UN** | **4.000** |
| **87** | **FOLINATO DE CÁLCIO (ÁCIDO FOLÍNICO) 15 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **500** |
| **88** | **FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,5ML** | **UN** | **1000** |
| **89** | **FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 4,02 MG/ML (EQUIV. A 3 MG/ML DE PREDNISOLONA) - SOL. ORAL 60ML** | **UN** | **1500** |
| **90** | **FUROSEMIDA, 40 MG COMPRIMIO.** | **UN** | **30.000** |
| **91** | **GLIBENCLAMIDA 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **30.000** |
| **92** | **GLICLAZIDA 30 MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA** | **UN** | **60.000** |
| **93** | **GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.) - SOLUÇÃO ORAL 150ML** | **UN** | **2.000** |
| **94** | **HALOPERIDOL 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **25.000** |
| **95** | **HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ 0,25 ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML** | **UN** | **100** |
| **96** | **HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **90.000** |
| **97** | **HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG - SUSPENSÃO ORAL 100ML** | **UN** | **600** |
| **98** | **IBUPROFENO 600 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **40.000** |
| **99** | **IBUPROFENO 50 MG/ML - SOL. ORAL 30ML** | **UN** | **2.000** |
| **100** | **ISOFLAVONA-DE-SOJA (GLYCINE MAX (L.) MERR.) - COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |
| **101** | **IVERMECTINA 6 MG – COMPRIMIDO CX C/ 500CP** | **UN** | **1.000** |
| **102** | **LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **500** |
| **103** | **LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **30.000** |
| **104** | **LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **30.000** |
| **105** | **LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG - COMPRIMIDO** | **UN** | **30.000** |
| **106** | **LORATADINA 1 MG/ML - XAROPE 100ML** | **UN** | **1.000** |
| **107** | **LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **160.000** |
| **108** | **MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 100ML** | **UN** | **2.200** |
| **109** | **MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **5.000** |
| **110** | **MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **30.000** |
| **111** | **MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **40.000** |
| **112** | **MALEATO DE TIMOLOL 0,5% - COLÍRIO 5ML** | **UN** | **100** |
| **113** | **MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **18.000** |
| **114** | **METILDOPA 250 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **15.000** |
| **115** | **METRONIDAZOL 250 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **4.000** |
| **116** | **METRONIDAZOL 100 MG/G - GEL VAGINAL 100G – BISNAGA 50G** | **UN** | **500** |
| **117** | **MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **1.000** |
| **118** | **MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **1.000** |
| **119** | **NIFEDIPINO 10 MG - CÁPSULA** | **UN** | **30.000** |
| **120** | **NISTATINA 100.000 UI/ML - SUSPENSÃO ORAL – FRASCO 30 ML** | **UN** | **100** |
| **121** | **NITRATO DE MICONAZOL 2% - CREME VAGINAL 100G** | **UN** | **500** |
| **122** | **NITRATO DE MICONAZOL 2% - CREME 30G** | **UN** | **600** |
| **123** | **NITROFURANTOÍNA 100 MG - CÁPSULA** | **UN** | **7.000** |
| **124** | **NORETISTERONA 0,35 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **100** |
| **125** | **ÓLEO MINERAL FRASCO 100ML** | **UN** | **400** |
| **126** | **OMEPRAZOL 20 MG – CÁPSULA CARTELA COM 7 CPS** | **UN** | **50.000** |
| **127** | **PARACETAMOL 200 MG/ML- SOLUÇÃO ORAL 10ML** | **UN** | **1.000** |
| **128** | **PARACETAMOL 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000** |
| **129** | **PERMETRINA 1% - LOÇÃO 60ML** | **UN** | **100** |
| **130** | **PERMETRINA 5% - LOÇÃO 60ML** | **UN** | **100** |
| **131** | **PIRIMETAMINA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |
| **132** | **PREDNISONA - COMPRIMIDO 5 MG** | **UN** | **8.000** |
| **133** | **PREDNISONA 20 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **15.000** |
| **134** | **SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL - (FN) PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL 27,9G** | **UN** | **3.000** |
| **135** | **SINVASTATINA 20 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **50.000** |
| **136** | **SINVASTATINA 40MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000** |
| **137** | **SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG - COMPR. DE LIBERAÇÃO CONTROLADA** | **UN** | **30.000** |
| **138** | **SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG - COMPR. DE LIBERAÇÃO CONTROLADA** | **UN** | **30.000** |
| **139** | **SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500 MG - PÓ PARA SOL. INJ.** | **UN** | **200** |
| **140** | **SULFADIAZINA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |
| **141** | **SULFADIAZINA DE PRATA 1% - CREME 30G** | **UN** | **500** |
| **142** | **SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG COMPRIMIDO** | **UN** | **2.500** |
| **143** | **SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA (40 MG + 8 MG)/ML SUSP. ORAL 100ML** | **UN** | **500** |
| **144** | **SULFATO DE GENTAMICINA 5 MG/ML – COLÍRIO 5ML** | **UN** | **50** |
| **145** | **SULFATO DE SALBUTAMOL 120,5 MCG/DOSE - (EQUIV. A 100 MCG/DOSE DE SALBUTAMOL) 200 DOSES** | **UN** | **400** |
| **146** | **SULFATO FERROSO 40 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **45.000** |
| **147** | **SULFATO FERROSO 125 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 30ML** | **UN** | **400** |
| **148** | **VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **25.000** |
| **149** | **VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **15.000** |
| **150** | **VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 57,624 MG/ML (EQUIV. A 50 MG ÁCIDO VALPRÓICO/ML) - XAROPE 100ML** | **UN** | **100** |
| **151** | **VARFARINA SÓDICA 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **3.000** |
| **152** | **ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML – AMPOLA 10ML** | **UN** | **600** |
| **153** | **ÁGUA PARA INJEÇÃO 05 ML – AMPOLA 10ML** | **UN** | **600** |
| **154** | **ALCOOL A 70%- FRASCO COM 1.000ML, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA E CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS, FABRICAÇÃO E CONTROLE DO FABRICANTE CONFORME RESOLUÇÃO ANVISA Nº 460/99.** | **UN** | **2.000** |
| **155** | **CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% - 2,56 MEQ/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL** | **UN** | **600** |
| **156** | **CLORETO DE SÓDIO 0,9% 0,154 MEQ/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL** | **UN** | **400** |
| **157** | **CLORETO DE SÓDIO 20% - 3,4 MEQ/ML – AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL** | **UN** | **400** |

**4 – CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**4.1**. A entrega será de forma parcelada de acordo com a necessidade da Prefeitura e quando requisitada, deverá ser em entregue em até 05 (cinco) dias após a entrega da ordem de fornecimento, contendo a especificação dos medicamentos, marcas e a quantidade, devidamente autorizada e identificada.

 **4.2**. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outras despesas que não seja o proposto pela empresa vencedora.

 **4.3**. Os medicamentos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez), pelo responsável da farmácia e pelo responsável de acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**4.4.** Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.5**. Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos medicamentos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**4.5.1**. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**4.6**. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

**4.7**. A validade dos medicamentos entregues deverá ser, de no mínimo, 01 (um) ano a partir da data de entrega.

**4.8.** As embalagens dos medicamentos devem estar em perfeito estado e fácil identificação.

**4.9.** A empresa fornecedora deverá constar na nota fiscal a data em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

**5- CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS**

**5.1.** Serão exigidos da(s) empresa(s) vencedora(s), padrões de qualidade dos medicamentos, como também padrões de qualidade na entrega dos mesmos, temperatura e embalagens adequadas.

**5.2.** A Prefeitura Municipal de Selvíria/MS não receberá os medicamentos em desacordo com as especificações descritas, podendo cancelar o contrato.

**5.3.** Os medicamentos deverão se adequar também as seguintes disposições:

**5.3.1.** Os medicamentos deverão apresentar nas embalagens, data de fabricação, data de vencimento e lote.

**5.3.2.** Os medicamentos deverão ser embalados adequadamente, de forma a assegurar a sua qualidade e a entrega em perfeitas condições.

**5.4.** A (s) empresa (s) vencedora (s) sujeitar-se-ão a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura, encarregada de acompanhar a entrega dos medicamentos, prestando esclarecimentos quando solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

**5.5.** As empresas (s) vencedora (s), ficarão obrigada (s) a trocar às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias da notificação, os medicamentos, que vierem a ser recusados, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação definitiva.

**6 – LOCAL DE ENTREGA**

Rua Rui Barbosa n° 1000, CEM **(Centro de Especialidades Medicas)**, em dia útil das 08:00h, as13:00h e das 14:00h as 17:00 h.

**7 – RESPONÁVEL PELA ENTREGA E PBF**

Os responsáveis pelo recebimento e conferência serão os farmacêuticos Jonh Kleber Morais Gomes e Carlos Alexandre, e-mail farmaciaselviriams@outlook.com.

Será responsável pelo acompanhamento e fiscalização e acompanhamento da execução do presente Termo, responsável designado pela Administração, a qual deverá fiscalizar o fornecimento/instalação observando todos os aspectos estipulados e, ao termino de cada mês devera apresentar ao setor demandante lista nominal assinada pelo usuário do serviço no mínimo uma vez por mês para que seja anexado ao Relatório de Acompanhamento mensal de frequência.

13.2 - O PBF - Plano Básico de fiscalização está disponível no link: <https://www.sgim.com.br/selviria/legislacao.php?tipo=11> ;

**8 – CONDIÇÕES DE PRAZO DE PAGAMENTO**

**8.1.** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, depositados em conta corrente, informada pela contratada.

**8.2.** A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

**8.3.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**8.4.** As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 01 (uma) via.

**8.5.** O CNPJ da detentora do pregão constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**8.6.** Nenhum pagamento será efetuado a detentora do pregão enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**8.7.** É condição para o pagamento da Nota Fiscal, o número da ata de registro de preços, as provas de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Negativa de Débitos (CND/INSS), Certidão Trabalhista e das Certidão Estadual e Municipal.

**8.8.** A(s) empresa(s) que possuir (em) Certidão (ões) positiva(s) com Efeito Negativo(s) e que tiverem seus débitos parcelados deverá (ao) apresentar junto com a Certidão (ões) as Guias de Recolhimentos, devidamente quitadas.

**9 – REAJUSTE DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da ATA DE REGISTRO.

**9.2.** Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste TERMO, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora do PREGÃO na execução da mesma.

 **9.3.** Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas.

**9.4.** O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez (10) dias úteis, salvo motivo de força devidamente justificado no processo.

**9.5.** No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderão optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

**9.6.** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item poderá o Gestor da ATA DE REGISTRO, proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

**10 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

**10.1**. O objeto fornecido será fiscalizado na sua entrega por responsável indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Selvíria/MS, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatórios, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a correção das irregularidades apontadas nos prazos estabelecidos.

**10.2.** As exigências e a atuação da fiscalização, impostas pela Prefeitura Municipal de Selvíria/MS, não restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora no que concerne à execução do objeto do contrato.

**11- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** Exercer a fiscalização do objeto contratado por intermédio de servidores especialmente designados.

**11.2.** Realizar rigorosa conferência das características do objeto, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega, fiel e correta dos itens.

**11.3.** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo, quando se fizerem necessárias.

**11.4.** Comunicar à Contratadas quaisquer irregularidades observadas na entrega do objeto contratado.

**11.5.** Prestar informações e esclarecimentos que virem a ser solicitados pela Contratada, desde que seja do seu conhecimento e pertinente aos itens contratados.

**11.6.** A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura contratada, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais.

**12- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** Entregar plenamente os itens, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da requisição/autorização de fornecimento.

**12.2.** Ficará a cargo da contratada as despesas com seguros, entrega, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas vinculadas à execução do objeto deste Termo.

**13– VIGÊNCIA**

**13.1.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

**14- DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**14.1** A licitante deverá apresentar:

a) **Autorização de Funcionamento (AFE)** da empresa participante da licitação, expedido pelo Ministério da Saúde (ANVISA), contendo autorização para o funcionamento da empresa em situação Ativa;

b) **Autorização Especial (AE)** da empresa participante da licitação, expedido pela ANVISA ou cópia de sua publicação no DOU, quando da oferta de proposta para itens sujeitos a controle especial, contendo autorização para o funcionamento da empresa em situação Ativa.

c) **Alvará de licença sanitária**, expedido pela unidade competente, da esfera Estadual ou Municipal, da sede da empresa licitante, compatível com o objeto licitado.

d) **Atestado(s) ou certidão(ões**), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação.

**15- DAS SANÇÕES PARA CASO DE INADIMPLEMENTO**

**15.1** De acordo com o Art. 155 da Lei 14.133/2021. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2** Segundo o Art. 156 da Lei 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.3** § 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**15.4** § 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

**15.5** § 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**15.6** § 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**15.7** § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caputdeste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

**15.8** § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

**15.9** § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**15.10** § 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**ANEXO II**

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL DO BRASIL**



1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

I. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

IV. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme próximo Anexo;

V. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança

bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo V do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo de Adesão é por prazo indeterminado, podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

6. O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2024.

(assinatura)

(Assinatura(s) com firma reconhecida em cartório)

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

**ANEXO II-A**

**ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SITEMA**

**INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA**

****

O Licitante reconhece que:

I. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;

III. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

IV. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações

efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de

Proteção de Credito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2024.

(assinatura)

(Assinatura(s) com firma reconhecida em cartório)

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR OU CONTRATAR

- DECLARAÇÃO -

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do Pregão n.º xxx/2024– Processo Adm. n.º xx/2024, promovido pela Prefeitura Municipal de Selvíria, DECLARO sob as penas da Lei Federal14.133/21 e suas alterações que, em relação à empresa mencionada acima, inexiste fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública Direta, Indireta ou Autárquica.

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2024.

(assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente).

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado.

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

- DECLARAÇÃO -

ÀO

MUNICIPIO DE SELVÍRIA

Ao Senhor Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio.

PROCESSO ADM N.º xxx/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxx/2024

Prezado Pregoeiro:

DECLARAMOS, sob as penas da lei 14.133/21 e suas alterações, conhecer e aceitar todas as condições constantes do Processo Adm. n.º xxx/2024 e Pregão Eletrônico n.º xxx/2024, bem como de seus Anexos e que, assim sendo, atendemos plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação no mesmo.

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2024.

(assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente)

Obs. Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

**ANEXO V**

Proposta Comercial

*(modelo licitante vencedor)*

Nome da Empresa (Razão Social) .............................................................

Endereço completo: ...............................................................................................

CEP:......................................................Cidade: ......................................................

CNPJ:............................................Telefone: ............................ Fax: ......................

E-mail:.....................................................................................................................

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos relacionados na LISTA DA ATENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA, para atender as necessidades da população através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do anexo I – Termo de Referência que integra o presente edital.

«Licitacao\_NOME\_TIPO\_LICITACAO»

Pregão Eletrônico n° 002/2024 – Processo n° 066/2024, apresentamos nossa proposta conforme abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Un.** | **Quant.** | **Valor Unit.** | **Valor Total** | **Marca** |
| **1** | **ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA - 150 MG/ML SUSPENSÃO INJETÁVE** | **UN** | **480** |  |  |  |
| **2** | **ACICLOVIR 200 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **5.600** |  |  |  |
| **3** | **ACICLOVIR 50 MG/G – CREME 50G** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **4** | **ÁCIDO ACETILSALICÍLICO - COMPRIMIDO 100 MG** | **UN** | **60.000** |  |  |  |
| **5** | **ACIDO FOLICO, COMPRIMIDO DE 5MG** | **UN** | **25.000** |  |  |  |
| **6** | **ALBENDAZOL 400MG - COMPRIMIDO MASTIGÁVEL** | **UN** | **2.000** |  |  |  |
| **7** | **ALBENDAZOL 40MG/ML - SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10ML** | **UN** | **800** |  |  |  |
| **8** | **ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG – COMPRIMIDO** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **9** | **ALOPURINOL 300 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000** |  |  |  |
| **10** | **AMOXILINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCP 150ML** | **UN** | **1.000** |  |  |  |
| **11** | **AMOXILINA 500 MG COMPROMIDO E/ OU CÁPSULA.** | **UN** | **25.200** |  |  |  |
| **12** | **AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (50 MG +12,5 MG) SUSP. ORAL. FRASCO 75 ML** | **UN** | **800** |  |  |  |
| **13** | **ATENOLOL 50 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000** |  |  |  |
| **14** | **AZITROMICINA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **25.000** |  |  |  |
| **15** | **AZITROMICINA 40 MG/ML – 600MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL** | **UN** | **4.000** |  |  |  |
| **16** | **BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI - PÓ PARA SUSP. INJETÁVEL** | **UN** | **300** |  |  |  |
| **17** | **BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI - PÓ PARA SUSP. INJETÁVEL** | **UN** | **200** |  |  |  |
| **18** | **BENZILPENICILINA PROCAÍNA + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 300.000 UI + 100.000 UI PÓ PARA SUSP. INJ.** | **UN** | **200** |  |  |  |
| **19** | **BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML - SUSP. ORAL FRASCO 120 ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **20** | **BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000** |  |  |  |
| **21** | **BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML (EQUIVALENTE A 0,202 MG/ML DE IPRATRÓPIO) - SOLUÇÃO INALANTE 20ML** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **22** | **BUDESONIDA 32 MCG - AEROSSOL NASAL SPRAY- FRASCO 120 DOSES** | **UN** | **400**  |  |  |  |
| **23** | **BUDESONIDA 64 MCG - AEROSSOL NASAL SPRAY- FRASCO 120 DOSES** | **UN** | **300**  |  |  |  |
| **24** | **CAPTOPRIL 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **30.000**  |  |  |  |
| **25** | **CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSP. 100ML** | **UN** | **100**  |  |  |  |
| **26** | **CARBAMAZEPINA 200 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **35.000**  |  |  |  |
| **27** | **CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG + 400 UI - COMPRIMIDO** | **UN** | **6.000**  |  |  |  |
| **28** | **CARBONATO DE LÍTIO 300 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000**  |  |  |  |
| **29** | **CARVEDILOL 3,125 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **10.000**  |  |  |  |
| **30** | **CARVEDILOL 6,25 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **10.000**  |  |  |  |
| **31** | **CARVEDILOL 12,5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **12.000**  |  |  |  |
| **32** | **CARVEDILOL 25MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **10.000**  |  |  |  |
| **33** | **CEFALEXINA 50 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL 100ML** | **UN** | **800**  |  |  |  |
| **34** | **CEFALEXINA 500 MG - CÁPSULA OU COMPRIMIDO** | **UN** | **40.000**  |  |  |  |
| **35** | **CLONAZEPAM 2,5 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 20 ML** | **UN** | **1.500**  |  |  |  |
| **36** | **CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL 30ML.** | **UN** | **1.000**  |  |  |  |
| **37** | **CLORIDRATO DE AMIODARONA 200 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **6.000**  |  |  |  |
| **38** | **CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **40.000**  |  |  |  |
| **39** | **CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000**  |  |  |  |
| **40** | **CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000**  |  |  |  |
| **41** | **CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **8.000**  |  |  |  |
| **42** | **CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **25.000**  |  |  |  |
| **43** | **CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **10.000**  |  |  |  |
| **44** | **CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG CÁPSULA OU COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000**  |  |  |  |
| **45** | **CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% GEL 30G** | **UN** | **400**  |  |  |  |
| **46** | **CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% - SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA** **20 ML** | **UN** | **100**  |  |  |  |
| **47** | **CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000**  |  |  |  |
| **48** | **CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **80.000**  |  |  |  |
| **49** | **CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **2.000**  |  |  |  |
| **50** | **CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 10ML** | **UN** | **400**  |  |  |  |
| **51** | **CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML** | **UN** | **400**  |  |  |  |
| **52** | **CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG - CÁPSULA** | **UN** | **10.000**  |  |  |  |
| **53** | **CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **10.000**  |  |  |  |
| **54** | **CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML** | **UN** | **400**  |  |  |  |
| **55** | **CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **15.000** |  |  |  |
| **56** | **CLORETO DE SÓDIO 20% - 3,4 MEQ/ML - AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 10 ML** | **UN** | **200** |  |  |  |
| **57** | **GLICOSE 50 MG/5% - AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **58** | **CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **12.000** |  |  |  |
| **59** | **CLORIDRATO OU HEMITARTARATO EPINEFRINA 1 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **60** | **DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **61** | **DEXAMETASONA 0,1 MG/ML - ELIXIR ANTIINFLAMATÓRIO ESTEROIDAL 100ML** | **UN** | **2.000** |  |  |  |
| **62** | **DEXAMETASONA 0,1% CREME - ANTIINFLAMATÓRIO ESTEROIDAL TÓPICO 10G** | **UN** | **2.000** |  |  |  |
| **63** | **DEXAMETASONA 0,1% COLÍRIO 5ML** | **UN** | **50** |  |  |  |
| **64** | **DEXAMETASONA 4 MG COMPRIMIDO - ANTIINFLAMATÓRIO ESTEROIDAL** | **UN** | **2.000** |  |  |  |
| **65** | **DIAZEPAM 5MG COMPRIMIDO** | **UN** | **4.000** |  |  |  |
| **66** | **DIAZEPAM 10 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000** |  |  |  |
| **67** | **DIAZEPAM 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML** | **UN** | **200** |  |  |  |
| **68** | **DIGOXINA 0,25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **4.000** |  |  |  |
| **69** | **DIPIRONA SÓDICA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **40.000** |  |  |  |
| **70** | **DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 20ML** | **UN** | **3.000** |  |  |  |
| **71** | **DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML** | **UN** | **2.000** |  |  |  |
| **72** | **DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250MCG/DOSE PÓ, SOL. INALANTE AEROSOL ORAL FRASCO 200 DOSES** | **UN** | **50** |  |  |  |
| **73** | **ESPIRAMICINA 500MG COMPRIMIDO** | **UN** | **1.500** |  |  |  |
| **74** | **ESPIRONOLACTONA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000** |  |  |  |
| **75** | **ESPIRONOLACTONA 100 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **1.000** |  |  |  |
| **76** | **ESTOLATO DE ERITROMICINA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **77** | **ESTOLATO DE ERITROMICINA 50 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL 105ML** | **UN** | **50** |  |  |  |
| **78** | **ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,3MG COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **79** | **ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03MG+0,15MG COMPRIMIDOS** | **UN** | **12.600** |  |  |  |
| **80** | **ESTRIOL 1 MG/G - CREME VAGINAL 50G** | **UN** | **50** |  |  |  |
| **81** | **FENITOÍNA SÓDICA 100 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000** |  |  |  |
| **82** | **FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDOS** | **UN** | **20.000** |  |  |  |
| **83** | **FENOBARBITAL 100 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **84** | **FENOBARBITAL 40 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 100ML** | **UN** | **50** |  |  |  |
| **85** | **FINASTERIDA 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **6.000** |  |  |  |
| **86** | **FLUCONAZOL 150 MG - CÁPSULA** | **UN** | **4.000** |  |  |  |
| **87** | **FOLINATO DE CÁLCIO (ÁCIDO FOLÍNICO) 15 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **500** |  |  |  |
| **88** | **FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,5ML** | **UN** | **1000** |  |  |  |
| **89** | **FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 4,02 MG/ML (EQUIV. A 3 MG/ML DE PREDNISOLONA) - SOL. ORAL 60ML** | **UN** | **1500** |  |  |  |
| **90** | **FUROSEMIDA, 40 MG COMPRIMIO.** | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **91** | **GLIBENCLAMIDA 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **92** | **GLICLAZIDA 30 MG - COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA** | **UN** | **60.000** |  |  |  |
| **93** | **GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.) - SOLUÇÃO ORAL 150ML** | **UN** | **2.000** |  |  |  |
| **94** | **HALOPERIDOL 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **25.000** |  |  |  |
| **95** | **HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ 0,25 ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 5ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **96** | **HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **90.000** |  |  |  |
| **97** | **HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG - SUSPENSÃO ORAL 100ML** | **UN** | **600** |  |  |  |
| **98** | **IBUPROFENO 600 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **40.000** |  |  |  |
| **99** | **IBUPROFENO 50 MG/ML - SOL. ORAL 30ML** | **UN** | **2.000** |  |  |  |
| **100** | **ISOFLAVONA-DE-SOJA (GLYCINE MAX (L.) MERR.) - COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **101** | **IVERMECTINA 6 MG – COMPRIMIDO CX C/ 500CP** | **UN** | **1.000** |  |  |  |
| **102** | **LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **500** |  |  |  |
| **103** | **LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **104** | **LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **105** | **LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG - COMPRIMIDO** | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **106** | **LORATADINA 1 MG/ML - XAROPE 100ML** | **UN** | **1.000** |  |  |  |
| **107** | **LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **160.000** |  |  |  |
| **108** | **MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 100ML** | **UN** | **2.200** |  |  |  |
| **109** | **MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **5.000** |  |  |  |
| **110** | **MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **111** | **MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **40.000** |  |  |  |
| **112** | **MALEATO DE TIMOLOL 0,5% - COLÍRIO 5ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **113** | **MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **18.000** |  |  |  |
| **114** | **METILDOPA 250 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **15.000** |  |  |  |
| **115** | **METRONIDAZOL 250 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **4.000** |  |  |  |
| **116** | **METRONIDAZOL 100 MG/G - GEL VAGINAL 100G – BISNAGA 50G** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **117** | **MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **1.000** |  |  |  |
| **118** | **MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **1.000** |  |  |  |
| **119** | **NIFEDIPINO 10 MG - CÁPSULA** | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **120** | **NISTATINA 100.000 UI/ML - SUSPENSÃO ORAL – FRASCO 30 ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **121** | **NITRATO DE MICONAZOL 2% - CREME VAGINAL 100G** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **122** | **NITRATO DE MICONAZOL 2% - CREME 30G** | **UN** | **600** |  |  |  |
| **123** | **NITROFURANTOÍNA 100 MG - CÁPSULA** | **UN** | **7.000** |  |  |  |
| **124** | **NORETISTERONA 0,35 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **125** | **ÓLEO MINERAL FRASCO 100ML** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **126** | **OMEPRAZOL 20 MG – CÁPSULA CARTELA COM 7 CPS** | **UN** | **50.000** |  |  |  |
| **127** | **PARACETAMOL 200 MG/ML- SOLUÇÃO ORAL 10ML** | **UN** | **1.000** |  |  |  |
| **128** | **PARACETAMOL 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **20.000** |  |  |  |
| **129** | **PERMETRINA 1% - LOÇÃO 60ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **130** | **PERMETRINA 5% - LOÇÃO 60ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **131** | **PIRIMETAMINA 25 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **132** | **PREDNISONA - COMPRIMIDO 5 MG** | **UN** | **8.000** |  |  |  |
| **133** | **PREDNISONA 20 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **15.000** |  |  |  |
| **134** | **SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL - (FN) PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL 27,9G** | **UN** | **3.000** |  |  |  |
| **135** | **SINVASTATINA 20 MG - COMPRIMIDO**  | **UN** | **50.000** |  |  |  |
| **136** | **SINVASTATINA 40MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **60.000** |  |  |  |
| **137** | **SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG - COMPR. DE LIBERAÇÃO CONTROLADA** | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **138** | **SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG - COMPR. DE LIBERAÇÃO CONTROLADA** | **UN** | **30.000** |  |  |  |
| **139** | **SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500 MG - PÓ PARA SOL. INJ.** | **UN** | **200** |  |  |  |
| **140** | **SULFADIAZINA 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **141** | **SULFADIAZINA DE PRATA 1% - CREME 30G** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **142** | **SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG COMPRIMIDO** | **UN** | **2.500** |  |  |  |
| **143** | **SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA (40 MG + 8 MG)/ML SUSP. ORAL 100ML** | **UN** | **500** |  |  |  |
| **144** | **SULFATO DE GENTAMICINA 5 MG/ML – COLÍRIO 5ML** | **UN** | **50** |  |  |  |
| **145** | **SULFATO DE SALBUTAMOL 120,5 MCG/DOSE - (EQUIV. A 100 MCG/DOSE DE SALBUTAMOL) 200 DOSES** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **146** | **SULFATO FERROSO 40 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **45.000** |  |  |  |
| **147** | **SULFATO FERROSO 125 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 30ML** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **148** | **VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **25.000** |  |  |  |
| **149** | **VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **15.000** |  |  |  |
| **150** | **VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO 57,624 MG/ML (EQUIV. A 50 MG ÁCIDO VALPRÓICO/ML) - XAROPE 100ML** | **UN** | **100** |  |  |  |
| **151** | **VARFARINA SÓDICA 5 MG - COMPRIMIDO** | **UN** | **3.000** |  |  |  |
| **152** | **ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML – AMPOLA 10ML** | **UN** | **600** |  |  |  |
| **153** | **ÁGUA PARA INJEÇÃO 05 ML – AMPOLA 10ML** | **UN** | **600** |  |  |  |
| **154** | **ALCOOL A 70%- FRASCO COM 1.000ML, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA E CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS, FABRICAÇÃO E CONTROLE DO FABRICANTE CONFORME RESOLUÇÃO ANVISA Nº 460/99.** | **UN** | **2.000** |  |  |  |
| **155** | **CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% - 2,56 MEQ/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL** | **UN** | **600** |  |  |  |
| **156** | **CLORETO DE SÓDIO 0,9% 0,154 MEQ/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL** | **UN** | **400** |  |  |  |
| **157** | **CLORETO DE SÓDIO 20% - 3,4 MEQ/ML – AMPOLA SOLUÇÃO INJETÁVEL** | **UN** | **400** |  |  |  |

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA R$..................,......(.............................................................)**

**I.** Os preços ofertados têm como referência o mês de \_\_\_\_\_\_\_\_/2024, para pagamento de acordo com as condições fixadas no **EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº XXX/2024**, mantendo-se os preços fixos e irreajustáveis.

**II.** No preço ofertado estão computados todos os custos básicos incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto, inclusive tributos, contribuições incidentes, impostos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto desta licitação.

**III.** O Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, contados da entrega dos envelopes “PROPOSTA”.

1. Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente proposta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.
2. Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.
3. Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.
4. Declaro que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**DADOS BANCÁRIOS:**

Agência: .....................

Conta: ......................

Banco: ..................

**DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:**

Nome:

Qualificação (cargo ou função):

Dados pessoais (nacionalidade, estado civil e profissão):

Número dos documentos pessoais (RG, CPF):

Endereço completo:

**Na proposta deverão estar inclusos, além do lucro, todos os custos diretos ou indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do contrato.**

Local: ...................................... Data: ....../....../20........

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura / Carimbo

Nome Legível, CPF, RG

(Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato)

# ANEXO VI.

**PROCESSO ADM. N.° xxx/2.024**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxx/2024.**

**DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito preferencialmente em papel timbrado da licitante, apresentada junto ao credenciamento fora dos envelopes de propostas e documentação).*

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG N.º \_\_\_\_\_\_\_\_, legalmente nomeado representante da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ/MF N.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e participante do **PROCESSO ADM. N.° xxx/2023**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxx/2024, DECLARO** sob as penas da lei, que a empresa a qual represento cumpre todos os requisitos legais, previstos na lei, para a qualificação como microempresa (ou empresa de pequeno porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

Local, data, nome e assinatura.

**ANEXO VII**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO ART. 7, INCISO XXXIII, DA CARTA MAGNA.**

(NOME DA EMPRESA) .................................................................., CNPJ ou CIC no. ........................................, sediada ................. (endereço completo) ......................, declara a estrita observância ao Princípio Constitucional do art. 7, inciso XXXIII da Carta Magna, e estou ciente de que eventual revelação da infringência à regra, acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação do Pregão Eletrônico n.º xxx/2024, como a rescisão do Contrato Administrativo que venha a firmar com o Município de Selvíria/MS.

......, .. de ........ de 20...

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*Representante Legal*

**ANEXO VIII**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)*

**D E C L A R A Ç Ã O**

(NOME DA EMPRESA) ........................................................................, CNPJ ou CIC no. ........................................, sediada ................. (endereço completo) ....................., declara, sob as penas da lei, de que conhece e **aceita** o teor completo do edital, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.

1. ...............................................................................

nome e número da identidade do declarante

(representante legal da empresa)

......, .. de ........ de 2......

.............................................................................

*Representante Legal*

ANEXO IX

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

*SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SELVIRIA MS*

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .........

O **MUNICÍPIO DE SELVÍRIA/MS**, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.° 15.410.665/0001-40, com sede na Avenida João Selvirio de Souza n.° 997, centro na cidade de Selvíria – MS, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS**, solteiro, RG n°52.752.293-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob n° 035.384.914-61, residente e domiciliado na Rua Vereador Jose Alexandre Trindade, 975, Centro, na cidade de Selvíria/MS. Por intermédio do fundo: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, Unidade Orçamentária do Município de Selvíria, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.530.745/0001-16, com sede na Avenida João Selvirio de Souza, nº 926, centro, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. **Edgar Barbosa dos Santos**, portador do RG nº 16.871.458-9 e do CPF nº 421.206.591-68, e o(s) beneficiário(s) abaixo indicado(s), sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar n°. 123/06, Decreto Municipal n°. 007/2024, alterações posteriores, demais normas pertinentes e aplicáveis e disposições contidas no Edital, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no REGISTRO DE PREÇOS, resolve registrar os preços das empresas:

Celebram a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, com Processo homologado aos xx dias de xxxx de 2024.

DO OBJETO

1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos relacionados na LISTA DA ATENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA, para atender as necessidades da população através da Secretaria Municipal de Saúde;
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
	1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

* 1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
1. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
	1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
	1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
		1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
		2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
		3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
	2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
		1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
	3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
	4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
	5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

* 1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
	2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
	3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
	4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

* 1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
1. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
	1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
		1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
		2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
	2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
		1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
	3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
	4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
		1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
		2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
			1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
			2. Mantiverem sua proposta original.
		3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
	5. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
	6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
	7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
		1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* *ou no aviso de contratação direta;* e
		2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
	8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
	9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
		1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
	10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
	11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
	12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
		1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
		2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
	13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
2. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
	1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
		1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
		2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
		3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
			1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
			2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
3. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
	1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
		1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
		2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
		3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
		4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
	2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
		1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
		2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
		3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
		4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
		5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
		6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
	1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
	2. O remanejamento somente poderá ser feito:
		1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
		2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
	3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
	4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
	5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
	6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
	7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
5. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
	1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
		1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
		2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
		3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
		4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
			1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
	2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
	3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
	4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
		1. Por razão de interesse público;
		2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
		3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
6. DAS PENALIDADES
	1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
		1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
	2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
	3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
7. CONDIÇÕES GERAIS
	1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
	2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Selvíria MS, xx de maio de 2024.

EDGAR BARBOSA DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL

GERENCIADOR

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Empresa credenciada

# ANEXO X - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SELVÍRIA, ESTADO DE MATOGROSSO DO SUL E A EMPRESA.............**

Os infra-assinados, de um lado, como contratante, o **MUNICÍPIO DE SELVÍRIA** MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 15.410.665/0001-40, com sede na Avenida João Selvirio de Souza, 997, nesta cidade de Selvíria MS, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Sr. **JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG. nº 527.522.934 - SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 035.384.914-61, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 829, nesta cidade de Selvíria/MS, de outro lado, como contratada, a empresa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_, Bairro, nesta cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal, o senhor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, brasileiro, regime de comunhão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) do RG. n.º \_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob n. º \_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_\_, Bairro, nesta cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_, celebram entre si, o presente Contrato Administrativo, conforme cláusulas e condições abaixo.

**Cláusula primeira - do fundamento legal**

1.1 O presente contrato é celebrado com fundamento no Pregão Eletrônico n.º xxx/2024, Processo Adm. n.º xxxx/2024, devidamente homologado pelo Prefeito aos \_\_\_ de \_\_\_\_, em conformidade com a Lei n.º 14.133/21, Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

**Cláusula segunda - do objeto**

2.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos relacionados na LISTA DA ATENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA, para atender as necessidades da população através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, que passa a fazer parte, juntamente com a proposta do licitante vencedor, bem como, o(s) quadro(s) discriminando a classificação dos proponentes e preços apresentados.

2.2 O objeto deverá compreender os itens, especificações, quantidades e valores, conforme abaixo:

|  |
| --- |
| **EMPRESA, CNPJ/MF sob n.º 00.000.000/0000-00** |
| **Item** | **Descrição** | **Unid** | **Qtde** | **Valor Unit** | **Valor Total** | **Marca** |
|  |  |  |  |  |  |

 **Cláusula terceira – da entrega e dos critérios de aceitação dos materiais**

3.1 A Contratada deverá entregar os materiais no Rua Rui Barbosa n° 1000, CEM **(Centro de Especialidades Medicas)**, em dia útil das 08:00h, as13:00h e das 14:00h as 17:00 h, conforme solicitação do departamento competente, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da autorização de compra/requisição (sistema).

3.2 Os itens serão entregues conforme marca tipo, qualidade, medidas, validade e dimensões especificadas na proposta e acompanhadas das respectivas Notas Fiscais e data de validade.

3.3 Ficará a cargo da Contratada as despesas com seguros, entrega, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação.

**Cláusula quarta- da vigência**

4.1 O prazo de validade do presente instrumento será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

4.2 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras e nos serviços, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 125 da Lei 14.133/21.

4.3 O contrato poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 125 da Lei 14.133/21 e suas alterações.

4.4 Os acréscimos, supressões e a prorrogação da vigência do contrato serão feitos mediante elaboração de Termo Aditivo, desde que a empresa contratada manifeste seu interesse 30 (trinta) dias antes do seu vencimento, ou ainda nos casos em que o interesse partir da Administração, desde que, ocorram dentro dos prazos legais.

**Cláusula quinta - do valor e do pagamento**

5.1O pagamento, decorrente da execução do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação da respectiva **Nota Fiscal ou documento equivalente**, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141 a 147 da Lei 14.133/21 e alterações.

5.2O valor total do contrato é de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).

5.3 As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao licitante vencedor para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem acima começará a fluir a partir da data de sua reapresentação sem imperfeições.

5.4 As notas fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número do contrato a ser firmado.

5.5 As notas fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número do contrato a ser firmado e no caso de recurso proveniente de convênio, com o Estado ou União, deverá ser indicado o respectivo convênio para prestação de contas.

**Cláusula sexta - da dotação orçamentária**

6.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotação orçamentária, conforme segue:

**xx.xxx - xxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**Cláusula sétima - da rescisão**

7.1A rescisão do presente contrato poderá ser:

 **a)** amigável, isto é, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração;

 **b)** administrativa, por ato unilateral e escrito da administração, nos casos previstos no artigo 138 da Lei 14.133/21;

 **c)** judicial, nos termos da legislação processual.

7.2 A contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei n.º 14.133/21, sem que caiba à contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes, ressalvado o direito de receber os serviços já prestados.

**Cláusula oitava - das responsabilidades da contratada**

8.1 Realizar o fornecimento para o qual foi contratada, no prazo de até 3 (três) dias, contados de cada autorização de fornecimento, de forma parcelada, durante todo o período de vigência deste instrumento.

8.2 Prestar garantia mínima, conforme prazo e condições estabelecidas em cada item, respeitada as especificações contidas no anexo I – Termo de referencia.

8.4Remover e substituir o(s) item(ns), às suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação, caso vier a ser recusado por defeito ou quaisquer irregularidades, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação definitiva.

8.5 Fornecer o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

8.6Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato.

8.7 Cumprir fielmente o estabelecido em contrato, atendendo ainda, os requisitos elencados no Anexo I – Termo de Referência.

8.8 Ficarão a cargo da Contratada às despesas com seguros, entrega, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas vinculadas à execução do objeto desta licitação.

**Cláusula nona – das responsabilidades da contratante**

9.1 A Administração Pública irá efetuar o pagamento dos itens adquiridos, respeitando o critério de menor preço apresentado pela empresa contratada, observando o prazo de entrega e padrões de qualidades obrigatórias para aquisição dos materiais.

9.2 Disponibilizar a nota de empenho à contratada após o encerramento do procedimento licitatório.

**Cláusula décima - das sanções**

10.1O descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às seguintes sanções, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo:

**a)** Multa, na forma prevista na Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores e de conformidade com a interpretação da administração.

**b)** Rescisão unilateral do contrato;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.2** As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas conjuntamente, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**10.3** Será aplicada multa de 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor total estimado da contratação, quando:

**a)** A licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro do prazo de validade;

**b)** Cometer faltas não previstas no ato convocatório e no presente contrato.

**10.4** Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, quando:

**a)** Recusar-se de realizar o fornecimento dos itens, ora contratado, sem justa causa;

**b)** Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé venha a causar dano à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

**Cláusula décima primeira - das substituições**

11.1O presente contrato não poderá ser transferido a terceiros, sem prévia e expressa autorização da contratante.

**Cláusula décima segunda- dos casos omissos**

12.1Os casos omissos serão regulados de conformidade com as disposições da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores.

**Cláusula décima terceira – das condições gerais**

13.1As partes elegem o foro da comarca de Três Lagoas/MS, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste termo, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas instrumentarias, para que produza os efeitos legais.

 Selvíria/MS, -\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2024.

**JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**EMPRESA/LICITANTE**

Representante Legal

Testemunhas:

**1. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**RG:**

**2. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**RG:**

**ANEXO XI**

VALOR DE CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

*(somente licitante vencedor)*

Art. 17. O licitante deverá optar por um dos planos disponíveis para a utilização do Sistema, sendo: I. Plano por Período: O licitante poderá participar livremente das licitações publicadas no Sistema no período de 90 (noventa) dias, pelo valor de R$ 567,00 (quinhentos e sessenta e sete reais), podendo ser parcelado em 3 vezes de R$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais).

§ 1º O licitante terá a opção de selecionar a renovação do plano automaticamente, nas Configurações de Plano de Cobrança, diretamente pelo perfil de Representante Legal da empresa licitante na plataforma.

§ 2º O licitante, em caso de renovação do plano automaticamente, terá a opção de solicitar o cancelamento do plano em até 10 (dez) dias antes do vencimento.

§ 3º O boleto será encaminhado via e-mail e disponibilizado para download no Sistema, nas Configurações de Plano e Cobrança, com vencimento para 48h úteis, após a confirmação da escolha do plano.

§ 4º A vigência do plano inicia-se a partir da compensação do pagamento.

II. Plano Taxa Variável: Somente o licitante vencedor pagará a taxa variável por sucesso, sendo 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado.

§ 1º Em Licitações nas quais o Promotor optar pelo tipo de contrato de Aquisição o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, mediante pagamento em favor da BLL COMPRAS.

§ 2º Em Licitações nas quais o Promotor optar pelo tipo de contrato de Aquisição Parcelada o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Lote adjudicado, com vencimento parcelado mensalmente (número de parcelas equivalentes ao número de meses do parcelamento da entrega), emissão da primeira parcela em 45 (quarenta e cinco) dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, mediante pagamento em favor da BLL COMPRAS.

§ 3º Em Licitações nas quais o Promotor optar pelo tipo de contrato de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado mensalmente (número de parcelas equivalentes ao número de meses do Registro de Preço), emissão da primeira parcela em 60 (sessenta) dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, mediante pagamento em favor da BLL COMPRAS.

§ 4º Em Licitações de lances por maior desconto ou menor taxa administrativa, independentemente do tipo de contrato, o formato de cobrança para os licitantes será R$ 600,00 (seiscentos reais) por um (um) lote adjudicado, R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por 2 (dois) lotes adjudicados e, R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por 3 (três) lotes ou mais adjudicados, mediante pagamento em favor da BLL COMPRAS.

Art. 18. Os valores são apresentados pelo Sistema na tela de escolha dos planos, sendo que a BLL COMPRAS poderá alterar ou reajustar os valores dos planos sem qualquer aviso prévio, apresentando uma nova tabela de cobrança, através do Regulamento.

Art. 19. A forma de pagamento dos planos será mediante boleto bancário, ou quaisquer outros meios disponíveis no Sistema, em Configurações de Plano e Cobrança.

Art. 20. O não pagamento dos valores referentes a participação em processos licitatórios no “Plano taxa variável”, inviabilizam a utilização do “Plano por período”, eventualmente vigente. A utilização do “Plano por período” será liberada para adesão, mediante o pagamento dos boletos vencidos e a vencer referentes ao “Plano taxa variável”.

Art. 21. A alteração do plano não isenta o licitante de quaisquer ônus devido a BLL COMPRAS, referente ao plano anterior.

Art. 22. O licitante autoriza a BLL COMPRAS a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Regulamento.

Art. 23. O não pagamento das cobranças mencionadas nos artigos acima sujeitam o licitante ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BLL COMPRAS, além da automática desativação do licitante e todos os seus acessos.

Art. 24. Em caso de cancelamento da licitação realizada no Sistema pelo Promotor (comprador), o licitante vencedor se optar pelo Plano taxa variável, receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

Art. 25. Em caso de cancelamento da licitação realizada no Sistema pelo Promotor (comprador), o licitante que optar pelo Plano por período, não terá direito a devolução de valores pagos com o uso da plataforma eletrônica.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

**Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.**

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2024.

(assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente)

ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE CADASTRO NO E-CJUR

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema do ECJUR do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

I. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela ECJUR, dos quais declara ter pleno conhecimento;

IV. Designar pessoa responsável para operar o Sistema de cadastro, validar os cadastros através de e-mail conforme solicitado no site do TCE/MS, conforme próximo Anexo;

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico do TCE/MS de acordo com a Resolução 149/2021.

4. O presente Termo de Adesão é por prazo indeterminado, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

5. O Licitante assume a responsabilidade de CADASTRAR junto ao link <https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/Login/Login?ReturnUrl=%2f#/>.

6. Acessar o Manual de cadastro no link <http://www.tce.ms.gov.br/portaljurisdicionado/conteudos/lista/4/9> para sanar dúvidas inerente ao cadastro.

( ) Declaro para devidos fins que minha empresa já encontra – se cadastrada e ativada no E CJUR do Tribunal de Contas de MS.

Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a Prefeitura qualquer mudança ocorrida.

Caso a empresa já esteja cadastrada e validada no EC-JUR trazer confirmação do mesmo anexado a Proposta de Preço no dia da licitação;

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2024.

(assinatura)

(Assinatura(s))

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).